



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2023
Tp. Período	Segundo semestre
Curso	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)
Disciplina	4454 - CONTABILIDADE PUBLICA II
Turma	CCM

Carga Horária: 51

PLANO DE ENSINO

EMENTA

O patrimônio das entidades públicas. Escrituração das contas públicas. Balanço público e prestação de contas. Legislação específica aplicável. Prestação e tomada de contas públicas.

I. Objetivos

Propiciar aos acadêmicos(as) o preparo necessário para atuarem em entidades e/ou órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades regimentais com desenvoltura, segurança, criatividade e qualidade, fatores que implicam diretamente no resultado da gestão pública. Para isso, é apresentado ao acadêmico a legislação aplicável à Administração, contabilidade e Finanças Públicas e as normas técnicas de contabilização das operações, encerramento do exercício social e as respectivas prestações de contas.

II. Programa

1. INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE FINANCEIRA - PÚBLICA
 - 1.1. Receita orçamentária e extraorçamentária
 - 1.2. Cauções e demais garantias
 - 1.3. Balanço Financeiro (Anexo 13)
2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS
 - 2.1. Introdução
 - 2.2. Ativo Imobilizado
 - 2.3. Mensuração de Ativos
 - 2.4. Balanço Patrimonial (Anexo 14)
3. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
 - 3.1. VPL Aumentativa
 - 3.2. VPL Diminutiva
 - 3.3. Demonstrativo Consolidado (Anexo 17)
4. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA
 - 4.1. Financiamentos de Longo Prazo
 - 4.2. Precatórios e Demais Dívidas de LP
 - 4.3. Demonstrativo Consolidado (Anexo 16)
5. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
 - 5.1. Empréstimo de Curto Prazo
 - 5.2. ARO – Adiantamento de Receita Orçamentária
 - 5.3. Demonstrativo Consolidado (Anexo 17)
6. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS
 - 6.1. Fundo Municipal da Educação - FUNDEB
 - 6.2. Fundo Municipal da Saúde - FMS
 - 6.3. Regime Próprio de Previdência (RPPS)
7. RELATÓRIOS DE GESTÃO
 - 7.1. Receita Corrente Líquida
 - 7.2. Despesa com Pessoal
 - 7.3. Resultado Nominal e Primário
8. TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS
 - 8.1. Tribunais de Contas
 - 8.2. Controle Interno
 - 8.3. Auditorias Externas

III. Metodologia de Ensino

- a) Aulas expositivas com auxílio de material apostilado, projetor multimídia;
- b) Exercícios de leitura e interpretação da legislação aplicável às Finanças Públicas;
- c) Seminários de apresentação de trabalhos científicos;
- d) Incentivo à participação do aluno no processo de ensino, por meio de interpelações, sobre os temas debatidos.
- e) Exercícios práticos sobre a contabilização dos eventos analíticos e sintéticos da Contabilidade Pública.
- f) Discussões dos temas de forma individualizada ou em grupos;
- g) Trabalhos práticos

IV. Formas de Avaliação

Visando avaliar os conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos e promover a discussão dos temas propostos, o sistema de aprendizagem e



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2023
Tp. Período	Segundo semestre
Curso	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)
Disciplina	4454 - CONTABILIDADE PUBLICA II
Turma	CCM

Carga Horária: 51

PLANO DE ENSINO

avaliação consistirá em provas escritas e trabalhos práticos.

Havendo a necessidade de recuperação de nota no semestre, será solicitado ao acadêmico (a) um trabalho envolvendo um artigo científico, ligado à área da disciplina, consistindo de um exercício ou resenha a ser definido pelo professor e comunicado previamente ao acadêmico

V. Bibliografia

Básica

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm. Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm#view. Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 04/07/2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP – Estrutura conceitual. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em 04/07/2021

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 8 ed. Ministério da Fazenda, 2019.

KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2018

Complementar

BRASIL Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 16/02/2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em 04/07/2021.

MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31 ed. Editora: IBAM, 2003.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DECIC/G

Tp. Documento: Ata Departamental

Documento: 005/2023

Data: 10/05/2023